



SUTEF
Superintendência de
Cooperação Técnico-Financeira

PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Relatório de Monitoramento nº 02

Acordo de Empréstimo 8575-BR

Período de Acompanhamento: de 01/07/2016 a 31/12/2016

Teresina, março de 2017.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH	Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí
AGESPISA	Empresa de Águas e Esgotos do Piauí S.A.
ANA	Agência Nacional de Águas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDSOL	Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer
CECOM	Coordenadoria de Comunicação Social
CEDC	Centro Especializado em Doenças Crônicas
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPM	Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais
CERH	Cadastro Estadual de Recursos Hídricos
CGE	Controladoria Geral do Estado
CGEO	Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental
CGJ	Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Piauí
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DCPR	Diretoria de Combate à Pobreza Rural
DER,	Departamento de Estradas e Rodagens
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DLI	Disbursement-Linked Indicator – Indicador Vinculado a Desembolso
DPL	Development Policy Loan - Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas
EEP	Eligible Expenditure Program – Programa de Despesas Elegíveis
ELB	Estudo de Linha de Base
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EMATER	Instituto de Assistência Técnica de Extensão Rural
ESF	Estratégia Saúde da Família
FUNDESPI	Fundação Estadual de Esportes
GRE	Gerência Regional de Educação
IDEPI	Instituto de Desenvolvimento do Piauí
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
IPF	Investment Project Financing - Financiamento para Projetos de Investimento
MEC	Ministério da Educação
OGE	Ouvidoria Geral do Estado
ONG	Organização Não-Governamental
PAD	Project Appraisal Document - Documento de Avaliação do Projeto
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIP	Plano de Investimento Produtivo
PJPI	Poupança Jovem Piauí
PROGERE	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAEPI	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí
SASC	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SEADPREV	Secretaria de Estado da Administração e Previdência
SECID	Secretaria de Estado das Cidades
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SEDET	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação

SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEGOV	Secretaria de Estado do Governo
SEID	Secretaria do Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência
SEINFRA	Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEJUS	Secretaria de Estado da Justiça
SEMAR	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMINPER	Secretaria de Estado de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SESAPI	Secretaria de Estado da Saúde
SETRANS	Secretaria de Estado dos Transportes
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SIAFEM	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGAS	Sistema de Informação de Águas Subterrâneas
SIGERH	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos
SIMO	Sistema de Monitoramento de Ações Estratégicas
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
STEP	Systematic Tracking of Exchanges in Procurement - Rastreamento Sistemático de Intercâmbios em Aquisições
SUTEF	Superintendência de Cooperação Técnico-Financeira
UESPI	Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
Ações da UGP no 2º semestre.....	6
COMPONENTE 1 – PROGRAMA DE DESPESAS ELEGÍVEIS.....	9
Subcomponente 1.1: melhoria da retenção no ensino médio na rede pública.....	9
EEP 1: Expansão do Poupança Jovem para alunos do ensino médio.....	9
EEP 2: Ampliar o ensino médio em Tempo Integral.....	11
EEP3: Ampliar o ensino médio técnico.....	12
EEP 4: Expandir o ensino médio à distância para o ensino médio geral.....	14
EEP 5: Avaliação Estadual dos alunos.....	14
Subcomponente 1.2: ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde	17
EEP 6: Estabelecer e operar cinco novos CEDCs	17
EEP 7: Elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica.....	18
Subcomponente 1.3: expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas.....	20
EEP 8: Elaboração e execução de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH.....	20
EEP 9: Verificação do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas.....	21
SUBCOMPONENTE 1.4: FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS	23
EEP 10: Fortalecimento e modernização do INTERPI.....	23
EEP 11: Identificação, demarcação e cadastramento das terras do Estado.....	24
EEP 12: Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária.....	24
EEP 13: Regularização dos territórios quilombolas.....	25
EEP 14: Operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra.....	26
Subcomponente 1.5 reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais.....	27
EEP 15: Diversificação voltada para o mercado (cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas)	27
EEP 16: Desenvolvimento de capacidades.....	28
COMPONENTE 2 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	30
Status atual das aquisições/contratações do Projeto – Componente 2.....	31
Síntese dos Indicadores Vinculados a Desembolso – DLI.....	35
Indicadores dos Resultados no Nível do ODP – Situação atual.....	42
Quadro-síntese das ações dos Componentes 1 e 2.....	44
Execução financeira do Projeto.....	54

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, por meio da Superintendência de Cooperação Técnico-Financeira - SUTEF, representada pela Unidade de Gestão do Projeto – UGP, em face da necessidade do cumprimento da apresentação de relatórios semestrais no âmbito do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social apresenta, de forma sistematizada e integrada, o Segundo Relatório de Execução Física e Financeira das ações, referente ao segundo semestre de 2016 e atualiza as informações para os indicadores que são mensurados anualmente.

O Projeto em questão foi elaborado em parceria com o Banco Mundial e firmado através do Acordo de Empréstimo 8575-BR em 27 de abril de 2016 e obteve efetividade em 19 de maio de 2016. Seu objetivo visa o complemento e o fortalecimento das reformas institucionais e de políticas apoiadas no âmbito do Projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo, este na modalidade Empréstimo para Desenvolvimento de Política (DPL). Ambos foram elaborados estrategicamente em conjunto para maximizar o impacto sobre os setores e atividades prioritários do Estado.

O Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social foi elaborado na modalidade Financiamento de Projeto de Investimento (IPF) e tem como objetivos: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais.

Está organizado em dois componentes, sendo que um apoiará a implementação dos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) e o outro prestará assistência técnica para fortalecer a gestão pública no estado do Piauí. Os EEPs são um subconjunto dos programas existentes do PPA elaborado pelo Governo do Piauí, os quais foram selecionados como programas prioritários a serem apoiados. Os dois componentes estão assim discriminados: COMPONENTE 1: Apoio à implementação de EEPs nas

seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais e COMPONENTE 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário.

Dessa forma, o Projeto está cofinanciando intervenções multissetoriais baseadas nas prioridades estratégicas do Governo do Piauí e segue a) uma abordagem baseada em resultados no âmbito do Componente 1 e b) uma abordagem de investimento em assistência técnica no âmbito do Componente 2.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social, o presente Relatório apresenta as informações referentes aos Componentes 1 e 2, tal como está descrito no Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e no componente 1 obedece a sequência do Programa de Despesas Elegíveis (EEP).

AÇÕES DA UGP NO PRIMEIRO ANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Durante o ano de 2016, A UGP realizou um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social. Destacamos as seguintes:

1. Participação em treinamentos oferecidos pelo Banco Mundial.
 - a) Curso online de Gerenciamento Financeiro e Desembolsos para clientes do Banco Mundial (realizado em 04 de abril de 2016);
 - b) Aspectos Financeiros na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial Módulo Presencial (Workshop) – (ministrado por Júlia Conter, Patrícia Melo, Suzana Amaral e Eduardo França, de 2 a 4 de maio de 2016);
 - c) Aspectos de Licitações na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial (ministrado pelo Especialista em Licitações, Danilo Pereira de Carvalho, no período de 28 de março à 1º de abril de 2016). Importante salientar que o treinamento em questão antecedeu a assinatura do Projeto, com processo em curso na ocasião, mas com vistas à preparação dos órgãos para as licitações;
 - d) Treinamento prático do STEP – nova plataforma para os processos de aquisições dos Projetos Financiados com recursos do Banco Mundial (ministrado pelo Especialista em aquisições, Luciano Wuerzius, em 02 de agosto);
 - e) Termo de Referência, Especificação Técnica e Métodos de Licitações previstos para o Projeto Cerrado Piauí (ministrado por Lucianna Matte, de 08 a 12 de Agosto de 2016); e
 - f) Aspectos de Licitações na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial (ministrado por Frederico Rabelo e Sinuê Aliran, de 19 a 23 de setembro de 2016).

2. Realização de rodadas de reuniões com os órgãos para apresentação do Projeto IPF. Oportunidade em que se ampliou a participação para além da equipe envolvida na elaboração da proposta. Foram inseridos nas discussões os técnicos responsáveis pelas aquisições e financeiras

dos órgãos, bem como se efetivou nivelamento das questões do processo de implementação do Projeto.

3. Reunião com PGE, CGE E SEADPREV, quando se tratou sobre questões operacionais do projeto IPF, em especial aquelas relativas ao fluxo dos processos de aquisições. Dessa reunião resultou a autorização para criação de mecanismos que favoreçam tais fluxos. Definiu-se, ainda, uma capa específica que identifica os processos do projeto IPF com o objetivo de proporcionar maior celeridade.
4. Planejamento da primeira reunião do Comitê Gestor, que estava prevista para ocorrer inicialmente ainda em 2016. No entanto, a 1ª Reunião do Conselho Gestor ocorreu no dia 08.02.2017, com a presença de gestores e técnicos dos órgãos executores. Fizeram-se presentes, por parte do Banco Mundial, o Gerente do Projeto Michael Drabble e a Especialista em Meio ambiente Ana Luísa Gomes Lima.
5. Planejamento da reunião com a Comissão de Gestão Financeira por Resultados, que envolve a SEFAZ, a CGE, a Procuradoria, a SEPLAN e a SEGOV, para discussão e nivelamento dos órgãos acerca do Fluxo Financeiro do Projeto.
6. Atualização do Plano de Aquisições que aguarda a nova plataforma do Banco Mundial para ser lançado.
7. Acompanhamento do processo de elaboração do orçamento 2017 para evitar equívocos nas dotações dos órgãos nas linhas orçamentárias seguidas pelo Projeto.
8. Revisões dos Termos de Referências e Especificações Técnicas para início das aquisições atendendo à solicitação dos órgãos.
9. Elaboração do Decreto de criação da UGP e do Comitê Gestor em cumprimento ao Acordo de Empréstimo. O Decreto nº 16847 foi

assinado em 27 de outubro de 2017. A primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto ocorreu em 08.02.2017

10. Participação no treinamento “Aspectos de Licitações na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial”, nos dias 19 à 23 de setembro na cidade de João Pessoa-PB.
11. Acompanhamento das Reuniões entre a equipe técnica da SEDUC e o Especialista em Educação do Banco Mundial André Loureiro, em Brasília, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2016, para tratar dos avanços do Subcomponente Educação.

COMPONENTE 1 – PROGRAMA DE DESPESAS ELEGÍVEIS

SUBCOMPONENTE 1.1: MELHORIA DA RETENÇÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA

A Secretaria de Estado da Educação instituiu, em 05 de julho de 2016, por meio da Portaria GSE ADM Nº 0198/2016, a Comissão Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento das ações voltadas para a melhoria dos índices de evasão no ensino médio da rede estadual, conforme foram pactuadas com o BIRD no âmbito do Projeto de Investimento- IPF e definidas nos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) do Projeto. A Comissão tem caráter consultivo, propositivo e de assessoramento dos órgãos desta Secretaria que executam as ações previstas, conforme estão descritas na sequência abaixo:

EEP 1: Expansão do Poupança Jovem para alunos do ensino médio

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A matrícula registrada em 2016 no ensino médio, nas escolas beneficiárias do Projeto Poupança Jovem Piauí (PJPI), foi de 12.569 alunos, ou seja, superior ao quantitativo previsto para o período. A previsão de divulgação dos dados de rendimento dos alunos é para a segunda quinzena de janeiro de 2017, o que permitirá estabelecer o número de alunos beneficiados, além da confirmação dos cadastros para pagamento.

Dentre as ações de implementação do PJPI realizadas ao longo do período destacamos:

1 - Construção do Plano de Ação do PJPI que traz um apanhado geral das ações da SEDUC/GRE/escola para redução do índice de evasão escolar nas escolas da rede; (anexo)

2 – Realização de videoconferência no dia 12/03/2016 para apresentação do projeto para os gerentes das Gerências Regionais de Educação (GREs) dos

municípios contemplados. A reunião foi transmitida por intermédio da Mediação Tecnológica Canal Educação;

3 - Reunião com a Comissão Técnica do PJPI para discussão das atividades de mobilização e sensibilização;

4 - Reuniões presenciais de divulgação do projeto nas escolas 57 (cinquenta e sete) beneficiárias do projeto (técnico/SEDUC, estudantes, diretores, pais e comunidade local);

5 - Lançamento oficial do Projeto Poupança Jovem Piauí no Palácio de Karnak com a presença do Governador do Estado, Wellington Dias, da Secretária de Educação Rejane Dias, de representantes da sociedade civil e de alunos beneficiados dos municípios de Miguel Alves e Lagoinha do Piauí, com a entrega simbólica de cartões. O evento teve ampla divulgação nos meios de comunicação do estado (Rádios Clube e Antares e TVs Clube, Cidade Verde e Meio Norte);

6 – Acompanhamento do desempenho e a frequência dos alunos in loco, realizado por meio da tabulação de dados de forma manual e com a realização de visitas técnicas;

7 - Viagem técnica com membros do BIRD ao Município de São João do Arraial nas escolas beneficiadas pelo projeto;

8 - Visita técnica às 57 escolas para fazer monitoramento e tabulação de dados de frequência, rendimento escolar e aplicação do questionário socioeconômico no período de 04/10 a 18/10/16;

9 - Criação do site do projeto "**www.poupancajovem.seduc.pi.gov.br**";

10 – Repasse de R\$ 3.114.700,00 para o Banco do Brasil para pagamento da bolsa em 21 de novembro de 2016.

Em 2017, o monitoramento da frequência e rendimento dos alunos do projeto será realizado com a utilização do sistema ISEDUC e de modo presencial, com visitas in loco.

EEP 2: Ampliar o ensino médio em Tempo Integral

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Para o ano de 2016 foi prevista a implantação da educação em Tempo Integral em 06 (seis) escolas de ensino médio da rede estadual de ensino, nos municípios de: União, Castelo do Piauí, Esperantina, Teresina e Fronteiras. O Decreto nº 16.595, de 23 de maio de 2016 (em anexo), implantou o tempo integral na Unidade Escolar Fenelon Castelo Branco, localizada no município de União, e na Unidade Escolar Cônego Cardoso, no município de Castelo do Piauí. Entretanto, o Conselho Estadual de Educação (CEE/PI) ainda não emitiu autorização de funcionamento para tais escolas, processo ainda em tramitação.

Em julho 2016 foi realizado o I Encontro de Gestores dos Centros de Educação em Tempo Integral, envolvendo gestores e coordenadores pedagógicos dos 35 centros de tempo integral estaduais.

Em meados de novembro de 2016, o Governo do Estado do Piauí aderiu ao Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral do Ministério da Educação (MEC), instituído por meio da Portaria nº 145, de 10 de outubro de 2016, contemplando, inicialmente, 26 (vinte e seis) escolas de ensino médio da rede estadual, sendo que destas 26 (vinte e seis) 04 (quatro) já funcionam em regime de tempo integral. As escolas iniciarão suas atividades com a oferta da educação de tempo integral nas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal no período letivo de 2017.

Diante disso, a SEDUC apresentou a lista de escolas para funcionarem em regime de tempo integral em 2017, lista essa já homologada pelo MEC.

QUADRO 1: UNIDADES ESCOLARES EM TI HOMOLOGADAS PELO MEC

Município	INEP	Nome da escola
1. Altos	22018220	Unidade Escolar Rama Boa
2. Buriti dos Lopes	22137947	U.E. Deputada Francisca Trindade
3. Campo Maior	22032339	C. E. Prof. Raimundinho Andrade
4. Floriano	22058095	Unidade Escolar Fauzer Bucar
5. José de Freitas	22020942	Unidade Escolar Antonio Freitas
6. Luzilândia	22128760	U.E.Prof. Cleonice de Castro Teles
7. Luís Correia	22014470	Unidade Escolar Zulmira Xavier
8. Parnaíba	22014535	Colégio Estadual Lima Rebelo
9. Paulistana	22134646	U.E.Lucinete Santana da Silva
10. Piracuruca	22017011	U. E. Presidente Castelo Branco
11. Piripiri	22010467	U. E. Jose Narciso da Rocha Filho
12. Teresina	22135499	U. E. Antonio Tarciso P. e Silva

13. Teresina	22028137	U. E. Dr. Fontes Ibiapina
14. Teresina	22028366	U.E. Helvidio Nunes
15. Teresina	22310754	U. E. José Pereira da Silva
16. Teresina	22027327	U. E. Professor Joca Vieira
17. Teresina	22028455	U. E. Professor José Amável
18. Teresina	22027661	U. E. Professor Pinheiro Machado
19. Teresina	22027700	U. E. Professor Edigar Tito
20. Teresina	22027262	Unidade Escolar Moaci Madeira
21. Teresina	22131159	U. E. Residencial Pedra Mole
22. Uruçuí	22053620	Unidade Escolar Cícero Coelho

Escolas que já ofertam Tempo Integral e estarão na plataforma do Novo Tempo Integral:

QUADRO 2: UNIDADES ESCOLARES QUE JÁ OFERTAM TEMPO INTEGRAL

23. Picos	22082549	CEMTI Marcos Parente
24. Simplício Mendes	22118900	U. E. José Atanasio de Santana
25. Teresina	22027475	CEMTI Didácio Silva
26. Teresina	22025308	CEPTI Dirceu Mendes Arcoverde

EEP3: Ampliar o ensino médio técnico

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A Unidade de Educação Profissional e Tecnológica vem desenvolvendo várias ações com vistas ao fortalecimento e expansão do ensino técnico da rede estadual, dentre as elas:

- Oferta de novo curso de EPT (Curso Técnico de Açúcar e Alcool – Eixo: Produção Industrial – PRONATEC);
- Entrega de laboratórios de Segurança no Trabalho para 26 CEEPS que ofertam o Curso Técnico em Segurança no Trabalho, beneficiando 29 turmas do referido curso (contemplando os municípios de Barras, Campo Maior, Regeneração, Picos, Floriano, São João do Piauí, Fronteiras, Pio IX, Marcolândia, Paulistana, Altos, União, Demerval Lobão, Jose de Freitas, Nazária e Teresina, ao todo 16 municípios, e 230 alunos - PRONATEC);
- Contratação de Seguro contra acidentes pessoais/coletivo (23 municípios, 51 turmas, 2.722 alunos - PRONATEC);
- Aquisição de Kits Escolares (camisa, apostila, mochila, estojo, caderno, caneta, lápis e borracha) para 61 municípios - PRONATEC;

- Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar para os alunos dos 40 núcleos, 7.600 alunos (PROJOVEM URBANO);
- Distribuição de Material Didático para Educadores e Alunos dos 40 núcleos, 7.600 alunos (PROJOVEM URBANO);
- Construção de quadra esportiva na Escola Técnica Ministro Petrônio Portela;
- Formação continuada, mensal, para 280 educadores, 10 assistentes pedagógicos, 9 formadores (PROJOVEM URBANO);
- Autorização e reconhecimento junto ao CEE-PI da oferta dos cursos da rede E-Tec: logística, segurança do trabalho, eventos, serviços públicos, administração, agropecuária, enfermagem, informática, meio ambiente e reabilitação em dependentes químicos;
- Realização de teste seletivo para 67 professores das Escolas Família Agrícolas, (Edital UGP 14/2015);
- Conclusão das obras de construção de 02 escolas profissionalizantes nos municípios de Esperantina e Teresina, com previsão para inaugurar em outubro e novembro, respectivamente;
- Parceria com órgãos e instituições privadas com o objetivo de estabelecer cursos prioritários em conformidade com a demanda do mercado, além da oferta de estágios para os alunos das escolas profissionalizantes da rede; (convênios em anexo);
- Aquisição de equipamentos e mobiliário para as escolas de Ensino Técnico Profissionalizante (Teresina e Esperantina).

A oferta de cursos a distância, na modalidade e-Tec, não foi concretizada para o período 2016/2017, tendo em vista a não pactuação do Ministério da Educação, não disponibilizando vagas para a rede estadual de ensino.

EEP 4: Expandir o ensino médio à distância para o ensino médio geral.**PROGRESSO DAS ATIVIDADES**

A meta prevista para a expansão da educação de nível médio com a utilização da mediação tecnológica prevê a instalação de 150 novas salas a cada ano do Projeto até 2019, totalizando 900 salas em funcionamento. Nesse sentido, foram realizadas as licitações para aquisição e instalação de equipamentos, mobiliários e para contratação de serviços técnicos especializados e educacionais necessários para o atendimento da demanda atual na modalidade, atualmente em fase de contratação.

Em 2016, a SEDUC ofertou aulas para 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio nos turnos manhã, tarde e noite, beneficiando 8.400 alunos por meio do Canal Educação e plataforma de estudo, conforme quadro abaixo.

QUADRO 3: TURMAS E ALUNO MATRICULADOS EM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

Matrículas Mediação Tecnológica - 2016	
1º Ano - Manhã e Tarde	123 turmas (40 turmas puras*)
	3.838 alunos (1.179 alunos das turmas puras)
2º Ano - Manhã, Tarde e Noite	84 turmas (2.200 alunos)
3º Ano - Manhã, Tarde e Noite	89 turmas (2.362 alunos)
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	8.400

* Nas turmas puras, os estudantes utilizam apenas mediação tecnológica como instrumento

EEP 5: Avaliação Estadual dos alunos**PROGRESSO DAS ATIVIDADES**

A aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica Piauí (SAEPI), edição 2016, ocorreu no dia 30/11/2016 em 545

unidades escolares, mediante a aplicação de testes de proficiência em língua portuguesa e matemática para 128.703 (cento e vinte e oito mil, setecentos e três) estudantes do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, da 1ª, da 2ª e da 3ª série do Ensino Médio, com os seguintes quantitativos:

QUADRO 4: NÚMERO DE ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO SAEPI

Etapa de Escolaridade	Número de Alunos	Número de Turmas
6º ano E F	9.564	4.423
9º ano E F	11.693	
1ª série E M	42.153	
2ª série E M	34.715	
3ª série E M	30.578	
Total	128.703	

Os resultados da aplicação serão disponibilizados em março de 2017, conforme estabelecido contratualmente e de acordo com o cronograma abaixo:

QUADRO 5: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO SAEPI

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES			
ETAPAS	FASES	ATIVIDADES	MÊS
SAEPI / 2016	FASE 1. PLANEJAMENTO DA AVALIAÇÃO	Oficina de Elaboração de itens	17 a 21/10/2016
		Construção da base de dados para aplicação dos testes	Outubro/2016
		Seleção e Validação dos Itens	Outubro/2016
		Montagem dos cadernos de Testes	Outubro/2016
		Elaboração e Especificações dos Materiais de Sensibilização	Outubro/2016
		Elaboração dos Materiais para a capacitação	Outubro/2016
		Elaboração, editoração e diagramação dos Instrumentos de Avaliação	Outubro/2016
		Entrega dos Produtos Fase 1	Novembro/2016
			Impressão dos Instrumentos
		Capacitação para a aplicação	24 a 31/10/2016

	FASE 2. APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	Organização, Empacotamento e Manuseio, Impressão dos Instrumentos	Outubro/2016
		Distribuição dos Instrumentos	Novembro/2016
		Aplicação dos Testes e Questionários	14 a 18/11/2016
		Recolhimento dos Instrumentos	Novembro/2016
		Processamento dos Dados	Dezembro/2016
		Entrega dos Produtos Fase 2	Janeiro/2017
	FASE 3. EMISSÃO DOS RELATÓRIOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	Análise dos Dados – TCT e TRI	Janeiro/2017
		Elaboração e Diagramação das Revistas de Divulgação de Resultado	Março/2017
		Disponibilização das Revistas Site	Abril/2017
		Apresentação Oficial dos Resultados	Fevereiro/2017
		Oficina de Apresentação dos Resultados	Fevereiro/2017
		Formação Continuada em Apropriação de Resultados – Curso on-line 40h	Março/2017
		Entrega dos Produtos Fase 3	Abril/2017

SUBCOMPONENTE 1.2: AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE

EEP 6: Estabelecer e operar cinco novos CEDCs

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

No ano de 2016, no período de janeiro a dezembro, o Centro de Especialidades de Picos realizou 6.888 consultas especializadas nas áreas de Ginecologia, Mastologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Clínica Geral e Ortopedia, conforme evidências apresentadas em anexo. Os pacientes tiveram acesso agendado por meio da Central de Regulação de Consultas e Exames dos 42 municípios que compõem o Território de Saúde – Vale do Rio Guaribas. A partir do dia 01 de fevereiro de 2017 será ofertado um total de 9.057 por mês de consultas nas áreas de cardiologia, Endocrinologia, Angiologia, Oftalmologia, Nefrologia, Dermatologia, Urologia, Odontologia, Serviço de Nutrição, Enfermagem, Serviço Social. Ampliando o acesso para 61 municípios da Macrorregião de Saúde.

Todas as especialidades serão oferecidas nos horários de 07h as 19hs. Cada especialidade atenderá 3.920 pacientes por mês totalizando 47.000 consultas por ano. O Serviço de Apoio Diagnóstico ainda ficará referenciado para rede de serviços contratualizados e disponível no município de Picos. Os equipamentos para implantação dos exames de eletrocardiograma e ecocardiograma com Doppler, teste ergométrico, monitoração ambulatorial de pressão arterial (MAPA) e sistema de análise e de HOLTER digital estão em fase de aquisição e os mesmos custarão R\$ 2.323.824,11 de acordo com a pesquisa de preço feita pelo setor de compras da SESAPI. A expectativa é de que no prazo de 06 meses esses exames sejam ofertados no próprio Centro de Especialidades de Picos. Os exames laboratoriais serão coletados no posto de coleta do CEDC e realizadas pesquisas na Rede de prestadores contratualizados.

A SESAPI tem manifestado algumas preocupações em relação ao cumprimento de metas futuras que estão previstas no Projeto. A primeira refere-se à manutenção dos profissionais nos centros de especialidades.

Segundo a Superintendente Cristiane Moura Fé, há carência de profissionais em algumas áreas, mas isso é uma questão mais conjuntural do que ligada ao desenho do projeto. No município de Picos, caso em que o Centro é gerido por uma Organização Social - OS, a SESAPI sugeriu que a OS fizesse articulação para conseguir os profissionais. Já nos casos dos centros de Bom Jesus e São Raimundo Nonato terão mais problemas para solucionar o problema. Nos centros de Floriano e Parnaíba, a tendência é que esse problema seja menor. Para os casos dos municípios de Floriano e Parnaíba já há um processo em curso. Uma segunda preocupação está relacionada ao funcionamento dos CEDS de Parnaíba e Floriano. Floriano encontra-se numa situação mais otimista para a efetivação da montagem e estruturação, bem como para a contratação de profissionais em razão de haver mais articulação entre o gestor estadual e o municipal. Há a necessidade de fortalecimento das parcerias municipais. Especialmente no caso do CEDCs de Parnaíba há uma preocupação especial, uma vez que a gestão municipal tem se mostrado pouco inclinada à articulação com a gestão estadual. Todas as articulações já desenhadas ficaram comprometidas com a nova gestão, especialmente a doação de terreno e os projetos de engenharia e arquitetura. A SESAPI produziu relatório com a gestão anterior e enviou para a nova gestão. O processo licitatório para a obra de Parnaíba já deveria ter sido iniciado, mas não há segurança sequer do local da construção.

EEP 7: Elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Foi concluída a elaboração de 04 protocolos para áreas de cardiologia, oftalmologia, dermatologia e urologia. Os mesmos foram elaborados por equipe técnica especializada do Estado e do Município de Parnaíba, validados pela Associação de Parnaíba de Medicina, aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde e pela Comissão Intergestora Bipartite, conforme anexo. Já estão implantados no município de Parnaíba e serão implantados até maio/2017 nos municípios da Macrorregião do Semiárido (Picos).

Em relação aos especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos, correspondente ao Indicador de Resultado Intermediário nº 12 (DLI nº 9), a SESAPI desenvolveu e está concluindo o Projeto de Treinamento “Atenção Integrada em Saúde: Organizando o Acesso às Especialidades”. O mesmo tem como objetivo treinar os profissionais das Equipes de Saúde da Família e Profissionais das áreas especializadas dos municípios. Será realizado inicialmente nos 61 municípios que compõem a Macrorregião do Semiárido (Picos) para 223 equipes da ESF, totalizando 700 profissionais de saúde. O treinamento terá uma carga-horária de 20h e será realizado pelos Coordenadores da Atenção Básica dos 61 municípios. Está prevista realização nos meses de março, abril e maio de 2017.

SUBCOMPONENTE 1.3: EXPANSÃO DO CADASTRAMENTO DOS USUÁRIOS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

EEP 8: Elaboração e execução de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

No ano de 2016, a equipe realizou cerca de 40 inspeções de campo em fontes subterrâneas, somando vistorias e fiscalizações. A atividade de inspeção, nas duas modalidades, consiste em verificar se poço tubular atende às especificações técnicas e informações exigidas no Cadastro Estadual de Recursos Hídricos - CERH, para que possa ser incluído o cadastramento dessa fonte no sistema.

Reforça-se que as visitas a poços foram motivadas por denúncias ou executadas como parte de fiscalizações, não sendo, portanto, resultado de visitas específicas para validação de outorgas. De acordo com o que tem sido discutido com entre os técnicos da SEMAR e nas missões realizadas pelos especialistas do Banco Mundial, para atingir a meta de 2017 com visitas específicas, seria necessário o reforço da equipe da Secretaria, como está previsto no cronograma de contratações da Assistência Técnica. Ficou acertado que para as visitas de fiscalização, a SEMAR elaborará um protocolo específico para verificar se o usuário cumpre com as normas do CERH.

Merecem destaque como atividades para o avanço do Componente de Recursos Hídricos:

- Negociações com a CPRM para conclusão dos acordos de cooperação visando a consolidação dos bancos de dados de poços no Estado e uma campanha piloto de cadastramento no vale do Rio Guaribas. Os instrumentos jurídicos para desenho da parceria estão em fase de conclusão e as tratativas com o comando da CPRM avançadas, mas dependendo de decisões sobre indicações no nível do Governo Federal.
- Reforço da equipe: o processo de contratação dos quatro consultores individuais encontra-se em fase adiantada. A contratação do técnico

em tecnologia da informação encontra-se na fase de conclusão do TDR.

EEP 9: Verificação do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A urgente necessidade de gerenciar os recursos hídricos, em razão dos inúmeros conflitos surgidos por todo o território nacional e o caráter interestadual da dominialidade da água, levou a Agência Nacional de Águas (ANA) a propor o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos hídricos-CNARH, em parceria com autoridades estaduais gestoras de recursos hídricos. O objetivo principal é permitir o conhecimento do universo dos usuários das águas superficiais e subterrâneas, das suas demandas e usos, em âmbito nacional.

A falta de plataformas estaduais, salvo raríssimas exceções, para cadastramento e ferramentas de gestão e suporte a decisão em Recursos Hídricos, produziu a necessidade de vários estados começassem a usar a plataforma CNARH, e gradativamente abandonassem formas menos seguras de arquivos de dados como planilhas e similares.

A Lei Estadual 5165/2000, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, já citava em seu art. 44, a manutenção de um cadastro de usuários. Entretanto, somente a partir da Lei Nº 6474/2013, o Estado do Piauí institui o Cadastro Estadual de Fontes e Usuários de Recursos Hídricos do Estado do Piauí e dá outras providências.

No ano de 2015 surgiu a necessidade de desenvolvimento de ferramentas institucionais de informática que concatenassem todos os dados produzidos na superintendência, em todas as suas áreas, e ainda os dados para gestão de processos e protocolo. Dentro da SRH está em desenvolvimento o Sistema de Gestão de Informações em Recursos Hídricos – SIGERH. Dentro do SIGERH criou-se o modulo de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos-CERH, que nasceu com a missão de consolidar os seguintes bancos de dados: CNARH, Banco de Dados SEMAR, SIAGAS-CPRM e ELETROBRAS.

No entanto, no segundo semestre de 2016 a implantação do sistema próprio do Cadastro Estadual de Recursos Hídricos (Sistema SIGERH-CERH) desenvolveu-se de forma bastante lenta, apresentando, inclusive, uma paralisação com a saída, no mês de setembro, do bolsista em TI.

Em relação aos registros propriamente ditos, temos a seguinte situação: do total de 1.119 registros no CNARH 1.0, foram cadastrados 989 pedidos no período de 01/08/2015 à 03/12/2016. Essa quantidade de registros nesse período justifica-se em razão da exigência da SEMAR pelo autocadastramento no CNARH 1.0 a partir de abril de 2015. Do total de cadastros nos sistemas CNARH 1.0 e 40 (atualmente unificados, denominado CNARH), foram verificados e validados pela SRH/SEMAR a quantidade de 736 registros. A validação se dá mediante a verificação das vazões outorgadas, das especificações do poço tubular e do atendimento às demais exigências para emissão de autorização e outorga. Dos 640 registros no CNARH 40, foram verificados e outorgados 250 registros.

Ao final é possível computar o número de 1629 usuários de águas subterrâneas no banco de dados do CERH, portanto abaixo da meta de 2000 usuários, prevista para o ano de 2016.

SUBCOMPONENTE 1.4: FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS

EEP 10: Fortalecimento e modernização do INTERPI

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

No âmbito do fortalecimento e modernização do INTERPI foram realizadas as seguintes ações:

QUADRO 6: AÇÕES DE FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO INTERPI

AÇÃO	STATUS
Reforma da sede do INTERPI	Processo nº 2629/2016, com licitação realizada e obra finalizada.
Prestação de Apoio Técnico, jurídico e administrativo	Para suprir o déficit de pessoal no quadro do INTERPI foi realizada uma adesão ao pregão eletrônico com a ALEPI nº 011/15, tendo sido celebrado o Contrato com a Mutual nº 006/2016. Profissionais contratados: advogados (04), topógrafos (04), agrimensores (04).
Aquisição de equipamentos e veículos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobília: O INTERPI está adquirindo todo o mobiliário (armário, mesas e cadeiras) da nova sede do INTERPI. A fase de licitação já está toda concluída e aguardando o empenho para pagamento e entrega dos moveis. 2. Condicionadores de Ar: processo na SEPLAN para instrução processual 3. Computadores e impressoras: processo instruído conforme normas do BIRD, enviado para PGE para análise e parecer jurídico. 4. Unidades moveis: Termo de Referência analisado pela SEPLAN, em fase de busca de orçamentos (falta receber dois orçamentos). 5. Moveis GERCOG: processo encaminhado no dia 24/01/17 para SEPLAN para análise 6. Veículos: processo instruído, e encontra-se SEAD para realização do Pregão. 7. Passagens Aéreas: conforme solicitação da SEAD, a demanda enviada para realização de licitação em grupo. 8. Material Gráfico: conforme solicitação da SEAD, a demanda foi enviada para realização de licitação em grupo, tendo em vista a existência de um Decreto do Governador para padronizar todas as divulgações dos órgãos estaduais, de forma articulada pela Coordenação de Comunicação do Estado do Piau – CECOM.
Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de solicitações de atendimento	Aguardando conclusão da licitação para aquisição dos computadores

Digitalização e indexação dos arquivos	Confecção do Termos de Referência para contratação de empresas
Capacitações	Confecção do Termo de Referência para contratação de empresas

EEP 11: Identificação, demarcação e cadastramento das terras do Estado

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Como parte das atividades de arrecadação das terras do estado, O MPE, o INTERPI e o Governo do Estado assinaram um termo de cooperação técnica em outubro de 2016 que estabelece mecanismos para repasse de veículos, móveis e equipamentos que estão previstos na Assistência Técnica. O status das aquisições e contratações constam no Quadro 09. Outras ações realizadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

QUADRO 7: AÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DE TERRAS DO ESTADO

AÇÃO	STATUS
Pesquisa cartorial e trabalho cadastral em campo	Aguardando conclusão da licitação para contratação das empresas
Emissão de escrituras pelos cartórios	Aguardando conclusão da licitação para contratação das empresas
Criação de um inventário das terras do estado	Aguardando conclusão da licitação para contratação das empresas

EEP 12: Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária do INTERPI

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

O INTERPI está realizando um processo de contratação de empresas para realização de campanhas públicas de conscientização. Atualmente o processo se encontra em fase de cotação de orçamento das empresas. Quanto à aquisição dos GPS de navegação e geodésico, o processo foi instruído e realizada a cotação de orçamento. O INTERPI enviou o processo para a SEADPREV que, por sua vez, enviou para a PGE

O órgão também está fortalecendo as equipes para as atividades de regularização da propriedade e conta, no presente momento, com 09 equipes

compostas pelos seguintes técnicos, contratados através de contratos existentes com as empresas Mutual e Belas Artes:

QUADRO 7: EQUIPES FORMADAS PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

TÉCNICOS	QUANTIDADES
09 agrimensores	04 efetivos 04 terceirizados 01 comissionado
11 topógrafos	06 efetivos 04 terceirizados 01 comissionado
11 vistoriadores	09 efetivos 02 comissionados
10 motoristas	03 efetivos 07 terceirizados

Foram protocoladas 1408 solicitações de regularização fundiária, das quais 609 foram em nome de mulheres proprietárias ou coproprietárias.

EEP 13: Regularização dos territórios quilombolas

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Aguardando conclusão dos trabalhos realizados pelo INCRA junto às comunidades quilombolas de Angical e Caraíbas, localizadas nos municípios de Colônia do Piauí e Isaías Coelho, respectivamente, para o levantamento das informações objetivando a confecção do Relatório antropológico.

O Processo judicial da Comunidade Sabonete, em Isaías Coelho, ainda não foi julgado pela Justiça Federal. O INTERPI está aguardando o julgamento para confecção do Títulos Definitivo, uma vez que já existe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID.

EEP 14: Operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

O INTERPI e a Corregedoria Geral de Justiça assinaram o Termo de Cooperação Técnica. A CGJ fez alteração no Núcleo de Regularização; no entanto, ainda aguarda o repasse de apoio técnico que foi acordado entre órgãos. O andamento destas ações encontra-se conforme o quadro abaixo:

QUADRO 8: CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES PARA NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS

AÇÃO	STATUS
Contratação de Consultor	<ol style="list-style-type: none"> O processo nº AA.002.1.022220/16-67 encontra-se na SEAD para análise No dia 16.01.2017, foi enviado uma Declaração de Adequação de Despesa conforme solicitação da SEAD.
Contratação e capacitação de assistentes para apoiar os cartórios	Em fase de elaboração do Termo de Referência para contratação de empresas
Apoio à Vara Agrária de Bom Jesus e aos juízes responsáveis	Em fase de elaboração do Termo de Referência para contratação de empresas

SUBCOMPONENTE 1.5 REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA RURAL NAS CADEIAS DE VALOR PRODUTIVAS RURAIS

EEP 15: Diversificação voltada para o mercado (cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas)

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A Secretaria de Desenvolvimento Rural celebrou o Termo de Cooperação Técnica com a Fundação CEPRO que irá desenvolver o Estudo de Linha de Base do PROGERE II. O Plano de Trabalho e o questionário já foram aprovados e a pesquisa deverá ser iniciada em fevereiro com previsão de encerramento da coleta dos dados até março de 2017. A pesquisa de campo permitirá apreensão da realidade por meio da técnica da observação, bem como através da aplicação de questionários, além de procedimentos de localização com emprego de GPS e registro fotográfico da área investigada. O objetivo do ELB é determinar o potencial das cadeias produtivas locais e avaliar instituições locais e possíveis parcerias em cada região do estado, a fim de assegurar a sustentabilidade das iniciativas comerciais.

O processo de escolha dos PIPs a serem beneficiados se dará em *workshops* participativos para: a) divulgar boas práticas comerciais; b) definir o papel das instituições participantes e c) desenvolver planos de negócios.

A Diretoria de Combate à Pobreza Rural realizou em 27/10/16 uma Oficina para divulgar as normas, diretrizes e procedimentos operacionais do PROGERE II. A Oficina apresentou os técnicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) aos parceiros, como o EMATER e ONGs, bem como os critérios e os tipos de projetos que serão apoiados e ainda quais as famílias e associações que poderão se beneficiar com os recursos. Durante a Oficina, realizou-se um levantamento de comunidades/associações/grupos de mulheres que podem ser beneficiadas pelos PROGERE II.

Em dezembro de 2016, o DCPR realizou visita técnica em algumas dessas comunidades e assentamentos para levantamento de dados de possíveis investimentos a serem financiados pelo PROGERE. As visitas foram realizadas nos municípios de Piracuruca, Esperantina, Batalha, Piripiri,

Sigefredo Pacheco e Nossa Senhora de Nazaré. Segue o convite feito para as visitas técnicas e aos potenciais participantes do Programa:

CONVITE | Oficina para Divulgação das Normas, Diretrizes e Procedimentos Operacionais do PROGERE



A Secretaria de Desenvolvimento Rural, por meio da Diretoria de Combate à Pobreza Rural, no âmbito do Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda tem a honra de convidá-lo (a) para participar da oficina para divulgação das normas, diretrizes e procedimentos operacionais do PROGERE, a ser realizada no dia 27 de outubro, a partir das 8h, no Anexo do Tribunal de Contas do Piauí.








O processo para contratação de consultoria visando a customização do sistema de monitoramento – SIGMA avançou nos seguintes passos:

1. Aguardando envio de documentos da SDR para a SEADPREV realizar o processo de seleção, conforme orientações do especialista em aquisições do Banco
2. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e a Secretaria de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte
3. Conclusão do Termo de Referência para contratação da empresa.
4. Não Objeção (NO) do Banco Mundial
5. Envio do Processo da SDR para a SEADPREV que realizará a contratação.

EEP 16: Desenvolvimento de capacidades

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Os eventos de capacitação e intercâmbios para técnicos e agricultores que estão previstos no Manual Operacional do PROGERE II serão realizados na medida em que ocorra a implementação dos PIPs. A SDR estima que haja implantação de 06 PIPs Pilotos até março/2017. Quando da visita do especialista Emmanuel Bayle nos dias 09 a 11 de janeiro de 2017, foram

realizadas visitas à duas associações, sendo elas no Assentamento Fortaleza III, no município de Esperantina, e no Assentamento Terra Viva, no município de Batalha. Os PIPs pilotos serão escolhidos a partir de cartas propostas apresentadas pelas associações das duas áreas visitadas.

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Visando a prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública, o Componente 2 é composto por um conjunto de aquisições cujos objetivos são os seguintes: a) reforçar os sistemas e capacitará o pessoal em diversas secretarias e órgãos estaduais associados com a implementação dos programas estratégicos envolvidos no Projeto; b) contribuir para a geração de evidências para orientar a formulação de políticas em setores-chave, como educação, saúde e desenvolvimento rural; c) fortalecer o quadro de monitoramento baseado em resultados e sua descentralização nas secretarias estaduais para fiscalizar a implementação dos programas estratégicos associados com o reforço da inclusão produtiva e social; d) apoiar a incorporação de uma perspectiva de gênero nas políticas e programas estratégicos e e) facilitar o acesso dos cidadãos pobres a mecanismos de resolução de queixas nos órgãos setoriais cujas ações são cruciais para reduzir a pobreza no Piauí.

O programa de aquisições do Projeto apresentou avanços no segundo semestre de 2016, embora ainda não tenha conseguido concretizar uma contratação. Os órgãos estão em processo de elaboração e/ou conclusão dos Termos de Referência e das Especificações Técnicas e em diálogo constante com a UGP.

Abaixo segue uma tabela que resume o status atual das demandas específicas de cada órgão:

QUADRO 9. STATUS ATUAL DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DO PROJETO – COMPONENTE 2

ORGÃO	OBJETO	MODALIDADE	STATUS	PREVISÃO
SEADPREV	Passagens Aéreas (Para diversos órgãos)	PREGÃO ELETRONICO (REGISTRO DE PREÇOS)	Projeção de demanda dos órgãos enviada à SEADPREV	Sem data definida
	Veículos (SEMAR, INTERPI, SEFAZ, SEDUC, CEPM, OGE, SDR)	PREGÃO ELETRONICO	Na SEADPREV para realização do processo licitatório. Solicitada Declaração de Adequação da Despesa dos órgãos envolvidos.	Previsão para edital lançado no início de março. Veículos entregues até final de junho.
SEMAR	Especialista em gestão ambiental	CONSULTOR INDIVIDUAL	Edital Publicado	Consultor contratado no mês de abril.
	Especialista em qualidade da água	CONSULTOR INDIVIDUAL	Edital Publicado	Consultor contratado no mês de abril.
	Especialista em hidrologia	CONSULTOR INDIVIDUAL	Edital Publicado	Consultor contratado no mês de abril.
	Especialista em hidrogeologia	CONSULTOR INDIVIDUAL	Edital Publicado	Consultor contratado no mês de abril.

	Especialista em banco de dados	CONSULTOR INDIVIDUAL	Na UGP para análise	Aguardando análise
	02 Especialistas para elaboração de TdRs de estudos.	CONSULTOR INDIVIDUAL	Em discussão sobre o objeto da consultoria.	Ana Luisa irá discutir com Augusto.
	Consultor Master para Estruturação (CGEO)	CONSULTOR INDIVIDUAL	TdR enviado pela equipe da SEMAR-CGEO para revisão pelo especialista do Banco.	Aguardando posição
	Equipamentos (CGEO)	PREGÃO ELETRÔNICO	Aguardando contratação do Consultor Master para auxiliar nas especificações.	Aguardando posição
INTERPI	Assessoramento técnico	CONSULTOR INDIVIDUAL	Não Objeção (NO) do Banco Mundial ao Termo de Referência (TDR). Enviado a PGE para parecer.	Aguardando parecer
	GPS geodésicos e GPS de navegação	PREGÃO ELETRÔNICO	SEADPREV preparou documentação e enviou para a PGE.	Contrato assinado e produtos entregues até 15/05/17.
	Equipamentos de informática	SHOPPING	Shopping publicado.	Em fase de conclusão

ORGÃO	OBJETO	MODALIDADE	STATUS	PREVISÃO
INTERPI	Unidades Móveis de Regularização Fundiária	PREGÃO ELETRÔNICO	Especificações devolvidas pela UGP ao INTERPI. Está sendo feita a pesquisa de mercado para estimativa de preços.	Aguardando posição do INTERPI
	Equipamentos e mobília para escritório do GERCOG em Bom Jesus	SHOPPING OU PREGÃO ELETRONICO	Especificações enviadas a UGP. Aguardando INTERPI atender orientações do especialista em aquisições do Banco	Aguardando posição do INTERPI
SDR	Consultoria para Customização e Implantação do SIGMA	SQC	Aguardando envio de documentos da SDR para a SEADPREV realizar o processo de seleção, conforme orientações do especialista em aquisições do Banco	Contrato assinado em maio.
	Consultor individual para seguintes áreas: quilombolas, gestão de sistema, gênero, jurídico, cadeias produtivas e gestão ambiental	CONSULTOR INDIVIDUAL	Enviado para NO em 16.03.2017	Contratos assinados em abril.
	Equipamentos para as URGP's (Computadores, equipamentos e mobília)	SHOPPING OU PREGÃO ELETRÔNICO	Aguardando elaboração das Especificações Técnicas e definição dos lotes, por se tratar de objetos diversos.	Aguardando resposta da SDR
	Estudo das cadeias produtivas	SQC ou SBQC	Aguardando SDR elaborar o TdR.	Aguardando resposta da SDR

ORGÃO	OBJETO	MODALIDADE	STATUS	PREVISÃO
SESAPI	Avaliação de Impacto hanseníase e tuberculose	SBQC	TdR em elaboração no órgão	Aguardando posição da SESAPI
	Elaboração de Inquérito Epidemiológico sobre as doenças negligenciadas	SBQC	TdR em elaboração no órgão	Aguardando posição da SESAPI
	Regulação de Acessos ao sistema de saúde	SBQC	TdR em elaboração no órgão	Aguardando posição da SESAPI
SEDUC	Educação Profissional	SBQC	Processo enviado para PGE	Aguardando resposta da PGE
	Avaliação de impacto Poupança Jovem	CONSULTOR INDIVIDUAL	SEDUC elaborou memória de cálculo e enviou para o especialista do Banco	Aguardando posição do especialista do Banco
	Consultor para elaboração de 02 Termos de Referência	CONSULTOR INDIVIDUAL	Na UGP para análise do texto.	
	Estatístico	CONSULTOR INDIVIDUAL	Aguardando reformulações no TdR por parte da SEDUC	Aguardando posição da SEDUC
SEPLAN	Auditoria Financeira do Projeto período retroativo e primeiro ano	Shopping	Em elaboração do edital de Shopping.	Envio para PGE na segunda quinzena de março

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
Subcomponente 1.1: Melhoria na retenção no ensino médio na rede pública					
1	Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte	Número	8.900	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)	A matrícula registrada em 2016 no ensino médio, nas escolas beneficiárias do Projeto Poupança Jovem Piauí (PJPI), foi de 12.569 alunos.
2	Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio matriculados no Poupança Jovem*	Texto	n.a	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem	Ver Quadro 12

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
3	ETIs de ensino médio certificadas	Número	39	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação	Atualmente a SEDUC conta com 35 escolas funcionando em Tempo Integral (TI). Para o ano de 2016 foi prevista a implantação da educação em TI em 06 (seis) escolas de ensino médio da rede estadual de ensino, nos municípios de União, Castelo do Piauí, Esperantina, Teresina e Fronteiras. O Decreto nº 16.595 (em anexo), de 23.05.2016, implantou o TI na Unidade Escolar Felon Castelo Branco (União) e Unidade Escolar Cônego Cardoso (Castelo do Piauí). Entretanto, o Conselho Estadual de Educação (CEE/PI) ainda não emitiu autorização de funcionamento para estas duas escolas, sendo que o processo está em tramitação.
4	Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante)	Número	n.a.	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no E-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)	Ver Quadro 12
5	Alunos matriculados na EMT	Número	n.a.	O número abrange os alunos do ensino médio que estudam apenas por meio da EMT e os alunos que apenas terão aulas de EMT de matérias específicas. Número fornecido pelo SISGEPI três meses após o início do ano letivo	Ver Quadro 12

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
6	Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar	Texto	Exame de avaliação aplicado	A SEDUC aplicará o exame de avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.	A SEDUC realizou a Edição 2016 do teste no dia 30/11/2016 em 545 unidades escolares, mediante a aplicação de testes de proficiência em língua portuguesa e matemática para 128.703 (cento e vinte e oito mil, setecentos e três) estudantes do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio.
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde					
7	CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento	Número	1	Considera-se que os CEDCs estão em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais	O Centro de Especialidades de Picos encontra-se em funcionamento e no ano de 2016 ofertou 6.888 consultas nas seguintes especialidades: Ginecologia, Mastologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Clínica Geral e Ortopedia.

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
8	Protocolos clínicos elaborados	Número	4	<p>Protocolos propostos no início do projeto, conforme relacionados no Manual Operacional do Projeto, que tenham sido desenvolvidos e estejam em uso pelas unidades de regulação. Dezesete protocolos foram identificados pela SESAPI para implementação</p>	<p>Foi concluída a elaboração de 04 protocolos para áreas de cardiologia, oftalmologia, dermatologia e urologia. Os mesmos foram elaborados por equipe técnica especializada do Estado e do Município de Parnaíba. O Protocolos foram validados pela Associação de Parnaíba de Medicina e aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde e pela Comissão Intergestora Bipartite.</p>
9	ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos	Porcentagem	n.a.	<p>ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.</p>	<p>Ver Quadro 12</p>
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de água subterrâneas					

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
10	Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH	Número	2000	Lista de usuários de águas subterrâneas que preenchem o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH	1629 usuários no sistema
11	Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas	Número	20	Visitas de campo para cadastramento e verificação do uso dos recursos hídricos em conformidade com o direito de uso outorgado	40 visitas realizadas
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis					
12	Equipes montadas para executar as atividades de regularização da propriedade da terra	Número	6	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado	O INTERPI conta atualmente com 09 equipes montadas para trabalho de campo, com a seguinte composição: 09 agrimensores, 11 topógrafos, 11 vistoriadores e 10 motoristas.

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
13	Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização fundiária	Número	5.000	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei Estadual 6.127/2011. Pequenos agricultores são os que possuem e cultivam menos de 100 ha	Foram protocoladas 1408 novas solicitações de regularização fundiária, que somadas às 4.151 existentes (marco zero) totalizam 5.559.
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais					
14	PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos	Número	n.a.	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	Ver Quadro 12

QUADRO 10. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta (Dez/2016)	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
15	PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	Porcentagem	10	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas	Nenhum PIP contratado. A contratação depende do desenvolvimento do Estudo de Linha de Base – ELB a ser realizado pela CEPRO e da customização do sistema que é utilizado pelo RNSustentável

QUADRO 11: INDICADORES DOS RESULTADOS NO NÍVEL DO ODP - SITUAÇÃO ATUAL

Indicador	Unidade de Medida	Marco Zero	Meta Ano 1 (até Dez 2016)	Descrição (definição dos indicadores, etc.)	Situação Atual
Indicador um: Taxa de evasão no ensino médio na rede pública	Porcentagem	16	16	Razão entre o número de alunos que deixaram o ensino médio durante o ano letivo e o número de alunos matriculados no ensino médio no início do ano	De acordo com os dados extraídos do site do INEP, relativos aos Indicadores Educacionais do ano de 2015, a taxa de abandono no ensino médio na rede pública do Piauí é de 13,5%
Indicador dois: Pacientes com diagnóstico e/ou tratamento de doenças crônicas nos cinco novos CEDCs	Número	0	8.000	Número de consultas (pacientes atendidos por um profissional de saúde) de pacientes encaminhados por unidades de regulação e em conformidade com protocolos	De acordo com o Relatório da Relação de Procedimentos Marcados nas Unidades de Saúde, do Sistema Central de Marcação e Regulação (CRM), no ano de 2016 o Centro de Especialidades de Picos ofertou 6.888 consultas nas áreas de Ginecologia, Mastologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Gastroenterologia, clínica geral e ortopedia, através de acesso agendado pela Central de Regulação de Consultas e Exames dos 42 municípios que compõem o Território de Saúde – Vale do Rio Guaribas.
Indicador três: Usuários de águas subterrâneas registrados no CERH e verificados pela SEMAR	Número	0	200	A SEMAR verifica o autorregistro feito pelos usuários e emite um número do CERH	Em dezembro de 2016, a SEMAR tinha registrado 1629 usuários no sistema
Indicador quatro: Beneficiários que receberam títulos de propriedade da terra por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra	Número	0	500	Os beneficiários são pequenos produtores rurais que receberam títulos de propriedade da terra registrados nos termos do disposto na Lei Estadual 6.687/2015	Até dezembro de 2016, o INTERPI entregou, como Títulos Definitivos de Doação, 636 títulos nos municípios de Altos, Demerval Lobão, Palmeirais, Amarante, Campo Largo, Monsenhor Gil, Bom Princípio, Inhumas, Colônia do Piauí e Santo Inácio do Piauí.
Indicador cinco: Mulheres pobres da zona rural e comunidades quilombolas participantes dos PIPs	Número	0	0	Serão cadastrados no SIGMA os beneficiários dos PIPs, na maioria mulheres pobres da zona rural e membros de comunidades quilombolas	

QUADRO-SÍNTESE DAS AÇÕES DOS COMPONENTES 1 E 2

QUADRO 12: INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO DO PROJETO - SITUAÇÃO ATUAL					
Indicador Intermediário	Unidade de Medida	Marco Zero	Meta Ano 1 (até Dez 2016)	Descrição (definição dos indicadores, etc.)	Situação Atual
Componente 1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão de recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais					
Subcomponente 1.1: Melhoria na retenção no ensino médio na rede pública					
IRI 2: Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte* [DLI 1]	Número	8.900	8.900	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)	Ver Quadro 10
IRI 3: Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio cadastrados no Poupança Jovem* [DLI 2]	Texto	Não	Sim	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem.	A SEDUC acompanhou o desempenho e a frequência dos alunos in loco, por meio da tabulação de dados de forma manual e com a realização de visitas técnicas. Foram realizadas visitas técnicas em 57 escolas para fazer monitoramento e tabulação de dados de frequência, rendimento escolar e aplicação do questionário socioeconômico no período de 04/10 a 18/10/16. Para 2017, o monitoramento da frequência e rendimento dos alunos do Projeto será feito com a utilização do sistema ISEDUC e de modo presencial, com visitas in loco
IRI 4: ETIs de ensino médio certificadas [DLI 3]	Número	33	39	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação	Ver Quadro 10

IRI 5: Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante) [DLI 4]	Número	20.000	20.000	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no E-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)	De acordo com planilha nominal do SISGEPI, a Educação Profissional conta atualmente com 25.245 alunos matriculados.
IRI 6: Escolas de ensino médio técnico que mantiveram consultas sobre o conteúdo e modalidades de formação com representantes do setor privado	Número	0	5	Relatórios das consultas provenientes das reuniões mantidas com representantes do setor privado	A SEDUC estabeleceu parceria com órgãos e instituições privadas com o objetivo de oferecer cursos prioritários em conformidade com a demanda do mercado, além da oferta de estágios para os alunos das escolas profissionalizantes da rede. Os convênios foram estabelecidos com a Agência de Tecnologia do Estado do Piauí - ATI, Fundação Hospitalar de Teresina – FHT e Federação dos Pescadores do Estado do Piauí.
IRI 7: Alunos matriculados na EMT* [DLI 5]	Número	290	1.800	Número de matrículas na EMT para fins do ensino médio geral fornecido pelo Sistema de Gestão Educacional do Piauí (SISGEPI) três meses após o início do ano letivo	Em 2016, a SEDUC ofertou aulas para 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio nos turnos manhã, tarde e noite, beneficiando 8.400 alunos por meio do Canal Educação e plataforma de estudo.
IRI 8: Alunos matriculados no E-Tec	Número	1.184	1.800	Alunos matriculados na modalidade E-Tec do ensino médio técnico	Não há matrícula registrada, uma vez que o Programa do Governo Federal foi encerrado.
IRI 9: Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar [DLI 6]	Texto	Não	Primeiro exame de avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio	A SEDUC aplicará o exame de avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.	Ver Quadro 10

Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde

IRI 10: CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento [DLI 7]	Número	0	1	Considera-se que um CEDC está em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos e a dotação de pessoal estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais	Ver Quadro 10
IRI 11: Protocolos clínicos elaborados [DLI 8]	Número	0	4	No total, 17 protocolos foram propostos para serem implementados em unidades de regulação e estão listados no Manual Operacional do Projeto	Ver Quadro 10
IRI 12: ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos [DLI 9]	Porcentagem	0	0	O número de ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.	O Projeto de Treinamento “Atenção Integrada em Saúde: Organizando o Acesso às Especialidades” está na fase de conclusão e tem previsão de realização nos meses de março, abril e maio de 2017.
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de água subterrâneas					
IRI 13: Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH [DLI 10]	Número	0	2.000	Usuários que preencham o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH	Ver Quadro 10

IRI 14: Campanhas de cadastramento concluídas	Número	0	0	O pessoal da SEMAR fará campanhas nos municípios para o cadastramento voluntário de usuários de águas subterrâneas	A Superintendência de Recursos Hídricos da SEMAR está formulando, junto a CPRM, um Termo de Cooperação Técnica para contar com a experiência do órgão no cadastramento de poços. Será feita uma ação conjunta SEMAR-CPRM para a realização das campanhas.
IRI 15: Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas [DLI 11]	Número	0	20	A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é feita para um máximo de abstração de água por poço. O usuário é obrigado a instalar um hidrômetro para permitir a verificação pela SEMAR/ Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) a qualquer tempo. A expectativa é que a SEMAR/SRH verifique o índice de abstração periodicamente e tome as medidas cabíveis caso ele seja superior ao volume máximo outorgado. Cada visita abrange a verificação de várias dezenas de usuários de águas subterrâneas.	Ver Quadro 10
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis					
IRI 16: Equipes prontas para executar atividades de regularização da propriedade da terra [DLI 12]	Número	2	6	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado	Ver Quadro 10
IRI 17: Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra [DLI 13]	Número	4.151	5.000	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei 6.127/2011	Ver Quadro 10

IRI 18: Conforme o caso, as mulheres são registradas como beneficiárias ou co-beneficiárias em títulos de propriedade da terra	Texto	Não	Sim	As mulheres beneficiárias são únicas proprietárias ou coproprietárias, conforme definido no título.	Das 1408 solicitações protocoladas, 609 (43,25%) foram em nome de mulheres proprietárias ou coproprietárias.
IRI 19: Comunidades quilombolas que recebem títulos de propriedade da terra emitidos pelo INTERPI.	Número	5	5	Número de locais designados como quilombola para os quais o Georreferenciamento e os processos cartográficos e de titulação foram concluídos.	Aguardando conclusão dos trabalhos realizados pelo INCRA junto às comunidades quilombolas de Angical e Caraíbas, localizadas nos municípios de Colônia do Piauí e Isaías Coelho, respectivamente, para o levantamento das informações objetivando a confecção do Relatório antropológico. O Processo judicial da Comunidade Sabonete, em Isaías Coelho, ainda não foi julgado pela Justiça Federal. O INTERPI está aguardando o julgamento para confecção do Títulos Definitivos, haja vista já existir o RTID
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais					
IRI 20: PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos [DLI 14].	Número	0	0	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	Não há meta de elaboração de PIPs durante o ano de 2016. No entanto a SDR trabalhou na documentação para contratação de empresa para customização do sistema de Informação, Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação (SIGMA) que foi adquirido através da parceria estabelecida com o RNSustentável. A documentação encontra-se com a SEADPREV para a realização.

IRI 21: PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE [DLI 15]	Porcentagem	0	10	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas	Ver quadro 10
IRI 22: PIPs implementados e monitorados usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	Número	0	0	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	O Estudo de Linha de Base será realizado pela CEPRO e está aguardando publicação de uma Portaria para nomeação dos colaboradores e o pagamento das diárias. A previsão é de que a pesquisa de campo ocorra na segunda quinzena de abril. O processo para contratação da empresa que fará a customização do SIGMA está com a SEADPREV para efetivação.
Componente 2. Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário					
Subcomponente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público					
IRI 23: Secretarias e órgãos estaduais que usam o SIMO	Porcentagem	23	25	Porcentagem de secretarias e órgãos (57 no total) que usam o SIMO para monitorar sua carteira de programas de investimento	Foram capacitados mais de 80 técnicos de 30 órgãos para a descentralização da alimentação do SIMO. No processo, os órgãos foram orientados para que fossem cadastradas e alimentadas continuamente no sistema todas as ações vigentes, objeto de pactuação com o Governo Federal, ações pactuadas com agentes financeiros internos e externos e as obras autorizadas pelo Governador com execução pela fonte de recurso do tesouro, em cumprimento ao decreto nº 16.199 de 28 de setembro de 2015. Passamos de 12 (doze) para 28 (vinte e oito) órgãos e secretarias que utilizam o SIMO, sendo eles: SEDUC, SESAPI, DER, IDEPI, SETRANS, SECID, SDR,

					SEINFRA, AGESPISA, SETUR, ADH, FUNDESPI, SEGOV, UESPI, SEMAR, SSP, SEJUS, SECULT, EMATER, SEDET, DETRAN, CFSR, SEMINPER, CDSOL, SEPLAN, SEID, SASC.
IRI 24: Secretarias estaduais com equipes de monitoramento e avaliação descentralizadas em operação	Número	0	1	Número de secretarias com um núcleo (pessoal dedicado a seguir procedimentos e empregar as ferramentas necessárias) para monitorar projetos	Atualmente 15 secretarias estaduais estão alimentando o SIMO de forma descentralizada. Após a missão com a especialista do Banco Mundial Carolina Rendon, nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2017, surgiu a proposta de revisão do indicador. A proposta consiste na criação de núcleos setoriais que passariam a trabalhar com temas estratégicos de governo, interligando todos os órgãos envolvidos e não mais com órgãos individualizados, visando alcançar resultado de maior impacto. O primeiro núcleo setorial será formado no primeiro semestre de 2017.
IRI 25: Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições	Porcentagem	0	10	Porcentagem dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (total de 11) que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições. Os conselhos são formados por representantes dos poderes executivo e legislativo de cada município e por representantes do governo estadual e da sociedade civil	O Sistema está sendo adequado para possibilitar o uso da ferramenta pelos Conselheiros Territoriais. Ainda no primeiro semestre de 2017 o Sistema será disponibilizado para os conselheiros do território Serra da Capivara e no segundo semestre será disponibilizado para mais três territórios.
IRI 26: Observatório das Despesas Públicas implementado na CGE-PI	Texto	Não	Não	Certificação da instalação do Observatório das Despesas Públicas fornecida pela Corregedoria Geral da União	Aguardando posição do Banco Mundial acerca das aquisições necessárias para a montagem do Observatório.

IRI 27: Novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos desenvolvido e instalado na SEAD	Texto	n.a	n.a	Sistema de compras em operação com todas as funcionalidades	Em elaboração do Termo de Referência.
Subcomponente 2.2: Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural					
IRI 28: Sistema Integrado de Cadastramento de Bens Imóveis para cartórios	Texto	n.a	n.a	O sistema permitirá à CGJ monitorar as atividades cartoriais e oferecerá serviços online ao público, profissionais e órgãos públicos, como o INTERPI	Em Missão realizada no mês de outubro de 2016, ficou acertado que a Corregedoria organizaria visitas técnicas em outros estados que utilizam sistemas integrados de registro de imóvel e produziria um relatório apresentando estas experiências e recomendações sobre as melhores opções para o Piauí.
IRI 29: Sistema de Informação e Gerenciamento, passando pelo desenvolvimento de software para gerenciar dados em tempo real sobre o desempenho e a administração do PROGERE II	Texto	n.a	n.a	Sistema (SIG) está em operação. Relatório publicado para medir o desempenho do PROGERE II	A SDR trabalhou na documentação para contratação de empresa para customização do sistema de Informação, Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação (SIGMA) que foi adquirido através da parceria estabelecida com o estado do Rio Grande do Norte (RNSustentável). A documentação encontra-se com a SEADPREV para a realização.
IRI 30: CGEO estabelecido	Texto	Não	Não	CGEO está equipado, aparelhado e em operação	O local de funcionamento do CGEO está definido e o Layout pronto. Aguardando contratação do Consultor Master e demais especialistas para auxiliar na definição das especificações técnicas dos equipamentos.
Subcomponente 2.3: Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos					
IRI: 31: Estudos de observação em sala de aula (método Stallings)	Texto	n.a	n.a	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	Não há ação concretizada

IRI 32: Avaliação do Impacto do Poupança Jovem	Texto	n.a	n.a	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	SEDUC elaborou memória de cálculo e enviou para o especialista do Banco
IRI 33: PERS elaborado	Texto	n.a.	n.a	PERS publicado no Diário Oficial e validado pelo Comitê Intergestor Bipartite, Comitê Intergestor Regional e Conselho Estadual de Saúde da SESAPI.	Não há ação concretizada
IRI 34: Pesquisa epidemiológica sobre a dinâmica das doenças negligenciadas, especialmente as geo helmintíases, a leishmaniose e a Doença de Chagas	Texto	n.a	Concepção da pesquisa executada	A pesquisa ajudará a definir os territórios prioritários e os tipos de intervenção necessários para cada doença. o plano de ação abrangerá a lista de intervenções prioritárias com estimativas dos custos e prazos	SESAPI está revisando Termo de Referência (TR) para a contratação de empresa especializada para a realização do estudo
IRI 35: Avaliação do impacto sobre a tuberculose e a hanseníase	Texto	n.a	Concepção da avaliação de impacto executada	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	SESAPI está revisando Termo de Referência (TR) para a contratação de empresa especializada para a realização do estudo.
IRI 36: PEPM elaborado	Texto	Não	Não	Elaboração e publicação do PEPM, alinhando as políticas estaduais e federais e estabelecendo diretrizes para a incorporação de políticas estaduais inteligentes com relação ao gênero	Fazendo ajustes no Termo de Referência e na memória de cálculo para contratação de consultoria especializada para elaboração do diagnóstico socioeconômico dos principais desafios enfrentados pelas mulheres no Estado do Piauí e posterior elaboração do Primeiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Piauí.

IRI 37: Reclamações registradas e processadas oportunamente pela OGE	Porcentagem	76	80	Reclamações registradas e processadas no prazo de 20 dias, respondidas ou encaminhadas ao órgão estadual apropriado para resposta	De acordo com o Demonstrativo das Demandas da Ouvidoria Geral (em anexo), referente ao período de agosto de 2015 a dezembro de 2016, 80% das demandas foram consideradas concluídas no prazo de até 30 dias úteis. De acordo com o Manual de Procedimentos da Ouvidoria Geral, ficou estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias úteis, podendo ser prorrogados por mais 10 (dez) dias úteis mediante justificativa para respostas das manifestações encaminhadas aos órgãos públicos estaduais, em um prazo.
--	-------------	----	----	---	---

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROJETO

SÍNTESE

O orçamento anual do projeto é baseado na execução orçamentária do Componente 1 e no plano de aquisições do Componente 2. A execução financeira do projeto do Componente 1 é feita por meio do Programa de despesas elegíveis (Anexo Programático 4 do acordo de empréstimo), que segue a execução orçamentária do Estado por meio de linhas específicas. Dessa forma as ações desse componente estão sendo continuamente desenvolvidas pelo Estado e acompanhadas por meio Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM).

DESEMBOLSOS

Considerando a assinatura do Acordo de Empréstimo e a declaração de sua efetividade, foi feito o primeiro pedido de reembolso, correspondente ao período 01/05/2015 a 26/04/2016, no âmbito do Componente 1 ao Banco Mundial no valor de US\$ 21.000.000. Para tanto, foi apresentado um montante de US\$ 148.222.870 pagos pelo Estado do Piauí com a execução do Projeto. Os reembolsos, como previsto, são feitos em favor do Tesouro Estadual e não para um órgão específico.

Em dezembro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso relativo aos Indicadores Vinculados a Desembolso – DLI, no valor de U\$ 3.500.000,00. O valor previsto era de U\$ 5.000.000,00, mas diante da não comprovação do alcance integral dos indicadores só foi possível o desembolso parcial acima mencionado.

Para o Componente 2, foi feito um pedido de adiantamento de US\$ 1.500.000, depositado em uma Conta Designada, para executar as aquisições e contratações de consultorias previstas no Plano de Aquisições da Assistência Técnica. Os termos de referência e especificações técnicas estão em desenvolvimento, não havendo nenhum gasto no âmbito desse componente até a

elaboração desse relatório. A tabela a seguir apresenta um panorama dos desembolsos.

Quadro 13. Resumo dos desembolsos do Projeto

Desembolsos IPF Piauí					
Ano	Nº Desembolso	Descrição	Valor Desembolsado		Valor Disponível US
			Previsto US	Realizado US	
2016		Assinatura Contrato			120.000.000
		Taxa "Front-end"	\$ 300.000	\$ 300.000,00	\$ 119.700.000,00
	1	Adiantamento - AT	\$ 1.500.000	\$ 1.500.000,00	\$ 118.200.000,00
	2	Reembolso -EEP	\$ 21.000.000	\$ 21.000.000,00	\$ 97.200.000,00
	3	Reembolso -EEP	\$ 5.000.000	\$ 3.500.000,00	\$ 93.700.000,00

FONTE: UGP - Posição de 20/03/2017